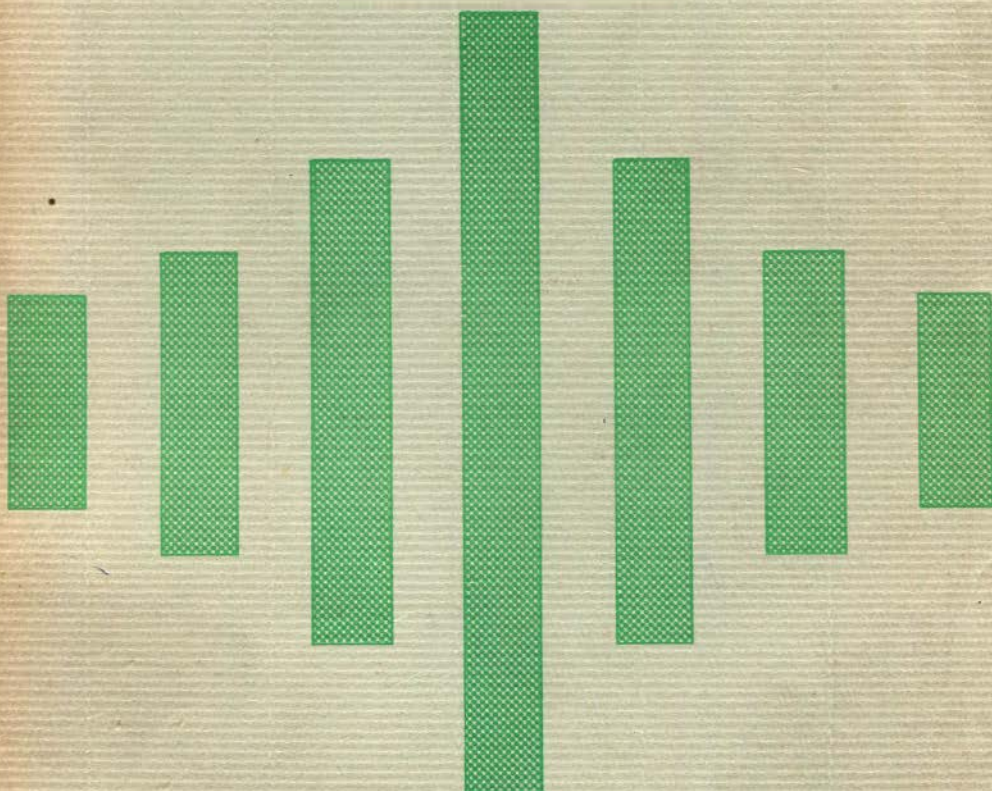


BOLETIM DE CONJUNTURA

INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

VOLUME 6 Nº 2 MES 6 ANO 1986



EDITORIAL

NOVAMENTE O DÉFICIT

Há não mais de quatro anos, atormentada por um abissal déficit externo, a economia brasileira era acusada de "viver além dos seus meios". A correção deste desequilíbrio exigiria longa e severa penitência, imposta mediante cortes de demanda.

O déficit de transações correntes teria por irmão gêmeo o déficit público, razão primeira da inflação. O déficit público estaria, além disto, intimamente associado à hipertrofia do Estado e, em particular, à ineficiência das estatais. O elevadíssimo nível atingido pela taxa de juros real para títulos da dívida pública (21% a.a., a meados de 1985) de sua parte, não fazia senão refletir estes desequilíbrios, razão pela qual deveria ser tido como "natural". Inaturais seriam, isto sim, as deformações acumuladas pela economia ao longo de tantos anos de intervencionismo estatal.

Em meio a este quadro de desequilíbrios — e incertezas — o investimento não poderia evidentemente retomar. Em tais condições, um eventual surto expansivo deveria ser entendido, antes como embriaguez (véspera de ressaca) que como retomada do crescimento.

Disforme, prisioneira de múltiplos bloqueios, a economia brasileira deveria, em suma, ser submetida a um processo de saneamento, que teria por fulcro e pré-requisito, a eliminação do déficit público.

A crise externa começou a dissolver-se em 1984 e hoje tornou-se consensual a inexistência de problemas externos, pelo menos a curto prazo. O país passava, portanto, a viver em consonância com os seus meios. A mudança foi no entanto — paradoxalmente — acompanhada da descompressão da massa salarial (19% de crescimento em 1985) e, ao que tudo indica, do início da retomada dos investimentos.

Sobre o conjunto de indicadores altamente positivos alcançados em 1985 pairava, no entanto, uma grave ameaça. O processo inflacionário, manifestamente fora de controle, parecia resvalar para um novo patamar, ou mesmo, na visão de muitos, para a hiper-inflação. Se assim fosse, 1985 passaria à história como o ano da embriaguez, inapelavelmente seguido do doloroso retorno à realidade, em 1986. Ocorre, porém, que a mais que cinquentenária inflação brasileira parece haver sido derrotada em 28 de fevereiro: o IPA de março a maio mantém-se abaixo de zero e os distúrbios iniciais do abastecimento vão sendo, em sua maioria, equacionados. A vitória sobre a inflação tem um importante aspecto em comum com a superação da crise externa, com a retomada do crescimento e o ressurgimento das inversões. Todos esses avanços foram alcançados, sem que o déficit público, e a suposta hipertrofia do Estado, fossem eliminados.

Não obstante todos estes fatos, passados três meses do plano cruzado, uma grande preocupação volta a dominar as discussões, a franzir cenhos e a suscitar alarmantes previsões. Não é outra senão o próprio déficit. Antes ele causava, agora, supostamente, causará a inflação ... futura. A concretíssima realidade de que, passados cem dias da reforma, as mercadorias — em sua quase totalidade — continuam disponíveis aos preços de 28 de fevereiro, seria um detalhe de so-menos importância, diante da sólida capacidade de prever da queles que... nada previram do que está ocorrendo.

E diante do prometido retorno da inflação, o que fazer ? Evidentemente, o mesmo que deveria ter sido feito para supe-

rar o déficit externo, o déficit interno, e tudo o mais: cortes de demanda. E isto não obstante o fato (mais um detalhe) de que o crescimento acelerado que estamos vivendo não poderá deixar de acelerar a arrecadação, enquanto, por outro lado, multiplicam-se as evidências de que há que expandir os investimentos públicos — que, em determinadas áreas, já apresentam sérios sinais de atraso.

